



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputada Perpétua Almeida**

**COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E  
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**REQUERIMENTO Nº / 2008**  
**(Da Sra. Perpétua Almeida)**

Requer que seja agendada visita de membros desta Comissão à Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Senhora Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro à V. Exa. e ao plenário desta Comissão, que membros deste colegiado efetuem visita à Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, objetivando esclarecimento à respeito das ações que visem a regularização fundiária da Amazônia.

**JUSTIFICATIVA**

O seminário internacional "O Desafio da Regularização Fundiária na Amazônia", realizado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e o Banco Mundial (Bird)

BC7D1EA817



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Deputada Perpétua Almeida

reuniu especialistas, autoridades e representantes de entidades da sociedade civil para discutir temas como a definição do tamanho das glebas de terra que seriam regularizadas na Amazônia.

Segundo o consenso entre governo, ong's e iniciativa privada, sem a regularização, titulação e ordenamento fundiário, a região jamais estará preparada para a implementação de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e os problemas que a afigem persistirão.

Ong's como Amigos da Terra e Imazon participaram do evento aberto pela Ministra Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, que admitiu ser de grande esforço o desafio para a regularização fundiária na região.

O ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, expôs novamente as ações de fundo do Plano Amazônia Sustentável e defendeu a criação de órgão ou agência especial pelo governo federal para acelerar a regularização fundiária na região.

Fizeram-se presentes os presidentes do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Cesar Britto, e do presidente do Congresso Nacional Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), deputados federais e senadores.

As entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA) realizam ato público em frente ao local do evento, protestando sobre o atual modelo de ocupação da Amazônia que. Segundo os manifestantes o modelo é excludente, estimula a grilagem, o desmatamento e se utiliza do trabalho escravo em plantios de grãos e criação de gado extensiva, sendo os principais responsáveis pelo desmatamento ilegal no Bioma Amazônia.

Segundo o Ministro Mangabeira Unger, o governo planeja para a regularização fundiária da Amazônia - onde apenas 4% das



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Deputada Perpétua Almeida

terras em mãos de particulares são legais - a doação de lotes de até 400 hectares aos atuais ocupantes.

De acordo com informações de Mangabeira, as propriedades de 401 a 1,5 mil hectares terão as medidas de regularização aceleradas, acabando com a burocracia hoje existente; de 1,501 mil a 2,5 mil hectares, cuja venda depende de licitação, o governo vai procurar um jeito de tornar as regras mais ágeis; e, de 2,501 mil hectares para cima, abrirá caminho para a retomada, pela União, da terra grilada por fazendeiros e empresas.

O ministro informou ainda que a União deverá repassar aos municípios as terras onde foram construídas cidades e que hoje estão irregulares. "É uma situação absurda, pois dezenas de municípios nasceram em cima de terras da União e os lotes deles são ilegais", disse Mangabeira.

A tarefa está dividindo o próprio governo federal, a partir da proposta de criação de um órgão para coordenar a regularização fundiária na Amazônia.

A divisão ficou clara com a reação contrária do Incra, que terá suas funções esvaziadas caso a agência executiva ou uma autarquia semelhante ao Inmetro sejam implementados.

Segundo o Jornal Correio Brasiliense, o presidente do Incra, Rolf Hackbart declarou que este órgão não é necessário, pois o instituto tem avançado nas suas ações. Ele afirma que a proposta de criação de um novo órgão, em nome da criação de um polo de desenvolvimento sustentável, resultaria na distribuição de terras num modelo exclusivamente capitalista e sem critérios de avaliação de quem ocupa atualmente as terras ou do impacto ambiental.

BC7D1EA817



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputada Perpétua Almeida**

Sala das Comissões, de  
2008.

**PERPÉTUA ALMEIDA**  
**DEPUTADA FEDERAL PCdoB/AC**

